

O SURGIMENTO DA LAVA JATO E O SUMIÇO DO JORNALISMO INVESTIGATIVO: UMA ANÁLISE DE VEJA, ÉPOCA E ISTOÉ

The emergence of Lava Jato and the disappearance
of investigative journalism: an analysis of Veja, Época
and IstoÉ.

Solano Nascimento ¹

Resumo: O artigo apresenta o resultado de uma nova rodada do estudo que analisa reportagens com denúncias publicadas pelas três maiores revistas semanais informativas do país: Veja, Época e IstoÉ. Foi analisada a publicação de reportagens em 2014, ano no qual a operação Lava Jato foi deflagrada. Concluiu-se que as reportagens investigativas foram reduzidas a 12% do total, sendo as demais 88% sobre investigações. O quadro se agrava quando a análise se detém apenas no período posterior à deflagração da Lava Jato, em 17 de março. Juntas, as três revistas publicaram 25 reportagens com denúncias desde que fizeram a primeira menção à Lava Jato, e apenas uma foi investigativa.

¹ Professor da Universidade de Brasília. Doutor em Comunicação. nascimento@unb.br

Palavras-Chave: Jornalismo investigativo. Reportagem. Revistas

Abstract: The article presents the result of a new round of the study that analyzes articles with denunciations published by the three largest weekly news magazines in the country: Veja, Época and IstoÉ. The publication of articles was analyzed in 2014, year in which the Lava Jato operation was triggered. It is concluded that the investigative reports were reduced to 12% of the total. The picture worsens when the analysis only stops in the period after Lava Jato's deforestation on March 17, 2014. Altogether, the three magazines have published 25 reports with denunciations since they first mentioned Lava Jato, and only one was investigative.

Keywords: Investigative journalism. Article. Magazines.

.....

1 Apresentação

Em sua edição de 18 de março de 2014, a *Folha de S.Paulo* - o maior jornal do país - apresentou a manchete “Arena que abre a Copa será entregue inacabada à Fifa”, fazendo menção a uma das obras da Copa do Mundo, que naquele ano foi realizada no Brasil. Só no cantinho inferior direito da capa do jornal uma pequena chamada de três linhas, sem texto, dizia "PF prende réu do mensalão em ação contra lavar dinheiro". Nos meses e anos que se seguiriam, a Lava Jato se tornaria a maior investigação de corrupção na história do país.

O nome da operação era uma referência a lava jatos existentes em postos de venda de combustíveis usados para lavagem de dinheiro, irregularidade investigada inicialmente. No entanto, a operação se estendeu mesmo foi na descoberta de um grande esquema de corrupção envolvendo a Petrobras, empreiteiras, partidos e políticos. A Lava Jato gerou centenas de buscas e apreensões, dezenas de prisões e teve grande impacto nos meios político

e jurídico. Este artigo se debruça sobre o impacto que a Lava Jato também teve na imprensa, de forma mais específica no jornalismo investigativo.

2 Referencial teórico

Como detalhado em outro estudo (NASCIMENTO, 2010), a definição de jornalismo investigativo é controversa. Há, inclusive, um grupo numeroso e respeitado de estudiosos e jornalistas que sustenta que a expressão "jornalismo investigativo" é imprópria, já que investigar seria uma exigência nata do jornalismo. Este estudo se desloca pela outra corrente de pensamento, para a qual jornalismo investigativo existe e pode ser definido de forma clara. Para o que se pretende neste artigo, a classificação proposta pelos pesquisadores norte-americanos Bill Kovach e Tom Resenstiel (2003) é muito proveitosa. Em um livro que resultou de discussões com milhares de pessoas e testemunhos de jornalistas, a dupla divide reportagens com denúncias em três grupos: reportagem investigativa original, reportagem investigativa interpretativa e reportagem sobre investigações. O primeiro tipo de reportagem é definido desta forma pelos pesquisadores:

Esse tipo de reportagem envolve os *próprios* repórteres na descoberta e documentação de atividades até então desconhecidas do público. É um tipo de reportagem que quase sempre acaba em investigações públicas oficiais sobre o assunto ou a atividade denunciada, um exemplo clássico da imprensa pressionando as instituições oficiais em nome do público. Pode usar táticas similares ao trabalho policial, como sair em busca de informação, consultas a documentos públicos, uso de informantes e até, em circunstâncias especiais, trabalho secreto ou monitoração subreptícia de atividades. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 176 e 177, grifo original)

Esse é o tipo clássico de reportagem investigativa, do qual o trabalho do *Washington Post* sobre o Watergate é o mais famoso exemplo internacional, e as investigações das revistas *Veja* e *IstoÉ* no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello são o mais conhecido exemplo brasileiro. O segundo tipo de reportagem com denúncias é descrito assim por Kovach e Resenstiel:

A reportagem investigativa interpretativa surge como resultado de cuidadosa reflexão e análise de uma idéia, bem como uma busca obstinada dos fatos para reunir informação num novo e mais complexo contexto, o qual fornece ao público um melhor entendimento do que acontece. Normalmente envolve assuntos mais complexos ou um conjunto de fatos, mais do que numa denúncia clássica. Revela uma nova forma de olhar alguma coisa, bem como novas informações sobre o assunto (Ibidem, p. 178).

Trata-se aqui de um modelo já menos comum. A dupla de pesquisadores cita como exemplo o caso apelidado nos Estados Unidos de *The Pentagon Papers*, que recentemente virou filme de Steven Spielberg. Documentos vazados do governo e entregues ao *New York Times* foram analisados por jornalistas e especialistas em política externa e na guerra do Vietnã (1961-1975). Acabou-se descobrindo que o governo havia mentido para a população ao dizer que o país estava ganhando a guerra quando o que estava ocorrendo era o oposto. Nessa categoria proposta por Kovach e Rosenstiel, há uma denúncia, ela não é fruto de investigação de repórteres - o documento foi obtido e vazado por uma pessoa que não é jornalista -, mas também não se trata de uma investigação oficial. O caso das investigações oficiais, feitas por agentes públicos, aparece no terceiro tipo de reportagem com denúncias, a reportagem sobre investigações.

Trata-se de um desdobramento recente do conceito que tem se tornado bastante comum. De acordo com esse conceito, a reportagem se origina da descoberta ou do vazamento de informação de uma investigação oficial em andamento ou em processo de preparação por outras fontes, geralmente agências governamentais. Temos aqui um gênero de primeira necessidade na capital americana, onde o governo quase sempre conversa consigo próprio através da imprensa. Acompanhar investigações é coisa comum sempre que gente do governo está trabalhando. Os investigadores do governo costumam cooperar de forma ativa com os repórteres por muitas razões: para mudar dotações orçamentárias, influir sobre testemunhas potenciais ou formar opinião pública. (Ibidem, p. 180 e 181)

Kovach e Rosenstiel dão como exemplo desse terceiro tipo de reportagem com denúncia a cobertura, em 1998, da investigação do promotor Kenneth Starr sobre o relacionamento do então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, com a estagiária da Casa Branca Monica Lewinsky.

Apesar de apontarem a importância das reportagens sobre investigação, os dois pesquisadores norte-americanos chamam a atenção para alto risco de dependência de fontes

que elas implicam. Como um jornalista, em muitos casos, só tem acesso a uma parte de uma investigação, o perigo de ele ser manipulado por uma fonte é grande.

3 Metodologia

As reportagens com denúncias publicadas pelas três revistas em 2014 foram separadas em dois grupos, que tiveram como base a classificação de Kovach e Rosenstiel: 1) reportagens investigativas - quando há investigação e a investigação é feita pelo próprio repórter - e 2) reportagens sobre investigações, quando são baseadas em uma investigação oficial.

Para fazer a seleção de reportagens foi utilizado o chamado fator presença/ausência da análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Assim, foi considerada reportagem com denúncia aquela que tinha elementos que indicavam isso e foi classificada como reportagem sobre investigações aquela em que havia referência direta a uma investigação oficial, seja de policiais, de promotores, de procuradores, de fiscais da Receita Federal ou do Banco Central e de quaisquer outros agentes públicos. Selecionadas as reportagens, elas foram analisadas pelos parâmetros da pesquisa documental (PÁDUA, 1997), consideradas assim como documentos.

O corpus da pesquisa seguiu o padrão das rodadas anteriores do estudo, nas quais haviam sido analisadas reportagens com denúncias publicadas pelas três revistas em todos os anos de eleições presidenciais diretas após o fim da ditadura militar. Assim, em 2014, quando houve nova eleição, foram avaliadas as reportagens de *Veja*, *Época* e *IstoÉ* que cumpriram todos os seguintes requisitos:

- 1) apresentaram denúncias inéditas;
- 2) foram produzidas por jornalistas das sucursais das revistas em Brasília;
- 3) foram publicadas na primeira e principal editoria das revistas;
- 4) foram publicadas no primeiro semestre de 2014.

4 Análise dos dados

Antes de se partir para a análise das reportagens publicadas em 2014, é bom retomar os dados das rodadas anteriores do estudo. De forma resumida, eles podem ser mostrados nesta tabela:

Tabela 1 - Reportagens com denúncias publicadas por *Veja*, *Época* e *IstoÉ*²

Ano	Reportagens investigativas	Reportagens sobre investigações
1989	6 (75%)	2 (25%)
1994	9 (75%)	3 (25%)
1998	4 (45%)	5 (55%)
2002	13 (34%)	25 (66%)
2006	10 (30%)	23 (70%)
2010	10 (29%)	24 (71%)

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa nas revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ*.

Como referido na primeira publicação sobre o estudo (NASCIMENTO, 2010), o grande aumento das reportagens com denúncias e, principalmente, das reportagens sobre

² A revista *Época* foi lançada em 1998.

investigações que aparece no ano eleitoral de 2002 deve ser atribuído ao novo modelo de Ministério Público. Depois de ter passado em períodos históricos recentes pela condição de órgão subordinado aos poderes Executivo e Judiciário, o Ministério Público ganhou na constituição de 1988 a condição de órgão autônomo e independente. Esse novo modelo só foi regulamentado em 1993, e apenas a partir daí o Ministério Público pode se reestruturar, fazendo novos concursos e ampliando sua estrutura física. É por isso que promotores e, principalmente, procuradores da República só começam a se destacar como fontes frequentes de reportagens com denúncias por volta do final da década de 1990, aparecendo assim em anos eleitorais, que compõem o foco do estudo, em 1998 e, mais fortemente, a partir de 2002. As três rodadas anteriores do estudo - referentes aos anos eleitorais de 2002, 2006 e 2010 - indicavam uma aparente estabilização no quadro. As reportagens investigativas deixaram de ser preponderantes e se mantiveram em um patamar ao redor de 30% do total de denúncias. Ou seja, algo como um terço das reportagens com denúncias seguiam sendo fruto da investigação jornalística, e os demais dois terços eram resultado de investigações oficiais. Essa estabilidade, como se verá, se quebra no ano eleitoral de 2014.

Na tabela a seguir, é possível ver o total de reportagens com denúncias publicadas por cada uma das três revistas.

Tabela 2 - Reportagens com denúncias no primeiro semestre de 2014

2014/1	Reportagens investigativas	Reportagens sobre investigações	Total
Veja	2	11	13
Época	0	12	12
IstoÉ	2	6	8
Total	4 (12%)	29 (88%)	33 (100%)

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa nas revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ*.

Como mostra a tabela, a aparente estabilidade de um terço de reportagens investigativas some em 2014, quando o percentual desse tipo de reportagem é reduzido para 12% do total das denúncias. As reportagens que integram os 88% restantes são todas sobre investigações. A análise das publicações em todo o primeiro semestre de 2014 não é suficiente para se avaliar o impacto da operação Lava Jato nas revistas. Como foi dito na apresentação deste artigo, a operação foi deflagrada somente no dia 17 de março - ou seja, quase no meio do primeiro semestre. E, em seu princípio, a Lava Jato não atraiu tanto a atenção da imprensa. Nas revistas, as primeiras reportagens que se referem à operação foram publicadas somente no final de março - em *Veja* e *Época* - e no final de abril - na *IstoÉ*. Assim, se for feito um recorte de um período menor em 2014, que começa na edição em que cada revista publicou sua primeira reportagem sobre a Lava Jato e termina no final do primeiro semestre, é possível se montar a seguinte tabela:

Tabela 3 - Reportagens com denúncias em 2014 pós-Lava Jato

	Reportagens investigativas	Reportagens sobre investigações	Total
Veja	1	11	12
Época	0	10	10
IstoÉ	0	3	3
Total	1 (4%)	24 (96%)	25

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa nas revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ*.

Como mostra a tabela, apenas uma das 25 reportagens com denúncias era investigativa. Ou seja, quase 100% das denúncias apresentadas pelas três maiores revistas semanais do país, produzidas pelas sucursais de Brasília e publicadas na editoria principal foram resultado de investigações oficiais, sem o protagonismo do repórter.

5 Considerações finais

Por conta do recorte do corpus, os dados apresentados neste artigo - assim como os das rodadas anteriores do estudo - têm maior valor para comparação de proporção e não de números absolutos. Ou seja, como não são avaliadas todas as reportagens com denúncias de cada revista - e somente aquelas que cumpriram os requisitos exigidos -, os números absolutos encontrados não se referem ao total de reportagens de cada publicação. De

qualquer forma, o corpus permite ver com clareza a relação entre o total de reportagens investigativas e o total de reportagens sobre investigações.

E essa visualização aponta para um quadro preocupante. A leitura das reportagens com denúncias publicadas na esteira da operação Lava Jato mostra que jornalistas receberam dados de procuradores da República, de policiais federais, do Judiciário e de advogados de acusados. Em parte das vezes, essas informações foram transmitidas para jornalistas de forma pública e transparente, em entrevistas coletivas ou pela distribuição eletrônica de documentos e dados. Em outras ocasiões, essas informações chegaram à imprensa por meio de vazamentos. Houve casos em que a informação se limitava a uma parcela muito ínfima de uma investigação, algumas vezes a poucas páginas de uma proposta de acordo de delação premiada. Em um quadro assim, é muito grande o risco apontado por Kovach e Rosenstiel (2003) de manipulação de jornalistas por fontes ou de deturpação de uma informação pelo acesso a somente uma parcela pequena de uma investigação.

O virtual desaparecimento do jornalismo investigativo indicado por este estudo é grave tanto para a imprensa quanto para o restante da sociedade. A investigação jornalística é fundamental para a contribuição social do jornalismo, servindo para apontar irregularidades e indicar caminhos para solucionar problemas. Para a sociedade, a existência destas duas frentes de investigação - a jornalística e a de agentes públicos - é saudável porque amplia a chance de problemas serem descobertos. Mesmo que considerarmos que policiais e procuradores são sempre eficazes em suas investigações - e se sabe que não são -, isso não anula a necessidade de que jornalistas também investiguem. Ainda que em meio a uma grande operação como a Lava Jato, o jornalismo pode e deve contribuir com investigações paralelas e complementares, que reforcem ou descartem o que investigadores oficiais estão descobrindo. Além disso, cabe ao jornalismo manter uma agenda independente e distinta, já que os problemas sociais e irregularidades não se restringem ao foco das investigações oficiais.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 1977.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do jornalismo**. O que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração, 2003.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas**: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teóricoprática. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.